

IJ00398
6621/1985

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

A INDÚSTRIA CAPIXABA NOS ANOS 80

TERMO DE REFERÊNCIA



NOVEMBRO/1984

398

não
circula

358
103
662

IJ00398
6621/1985

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Manoel Rodrigues Martins Filho

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
BIBLIOTECA

ÍNDICE

PÁGINA

APRESENTAÇÃO

- OBJETIVO
- JUSTIFICATIVA
- CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

APRESENTAÇÃO

Este documento contém, em linhas gerais, uma proposta de pesquisa sobre a *performance* do setor industrial no Espírito Santo, no período mais recente.

Consta dos objetivos do Instituto Jones dos Santos Neves, promover estudos e pesquisas que possibilitem conhecer melhor a realidade econômico-social do Espírito Santo, nos tempos atuais, a fim de propor formas de intervenção aos vários órgãos públicos, nos mais diversos setores, bem como balizar o planejamento do Governo Estadual.

No que se refere ao setor agropecuário, o IJSN vem desenvolvendo um programa específico - PDRI (Programa de Desenvolvimento Regional Integrado) - contando com o apoio financeiro do GERES. Os resultados deste programa já são perceptíveis, uma vez que se pautou por estudar até o momento, prioritariamente, a realidade atual deste setor, partindo do mapeamento das principais atividades do meio rural, conjugando-as com a correspondente estrutura fundiária, composição da força de trabalho e culminando com análise da comercialização dos produtos agropecuários.

O Governo do Estado vem se utilizando desta pesquisa, principalmente a Secretaria de Agricultura, tal a importância que assume na atividade de planejamento e execução de políticas econômicas, o conhecimento prévio da realidade a ser atuada.

Entretanto, sente-se uma grande lacuna quanto ao conhecimento do setor industrial, dificultando, assim, qualquer formulação de propostas de intervenção neste setor. Se se considera a importância deste setor na economia estadual, esta lacuna amplia-se ainda mais.

Tem que se considerar ainda que as políticas econômicas a nível federal podem sofrer transformações a partir do próximo ano e o Estado do Espi

rito Santo não deve ficar a reboque dos acontecimentos, mas estar apto a propor medidas de intervenção que maximizem a utilização dos recursos públicos.

Além disso, e não menos importante, o Espírito Santo conta com um órgão que atua principalmente sobre o setor industrial, através de Incentivos Fiscais e que, da mesma forma, ressenete-se do pouco conhecimento da indústria atual, muito embora tenha estimulado pesquisas sobre a formação da indústria no Estado, através do Núcleo de Pesquisas da UFES, que certamente constitui numa base importante para o estudo ora proposto.

OBJETIVO DO TRABALHO

- Entender o comportamento recente da indústria do Espírito Santo a fim de identificar prioridades de intervenção.

JUSTIFICATIVA

Historicamente, a economia capixaba sempre se notabilizou pelo seu caráter frágil, não diversificado, comportando-se segundo as flutuações do mercado externo. Essa situação ressalta, no Espírito Santo, a existência de um Estado de ações ampliadas, no que concerne à sua participação no processo de acumulação, gestado localmente.

A pequena participação que tinha o café capixaba, nas exportações nacionais, somada ainda ao predomínio da pequena propriedade, durante quase um século, até a recente década de 60 (durando neste período a supremacia do produto na produção estadual), fez com que o setor privado local engendrasse limitadas iniciativas. Contribuiu para não existir no Espírito Santo a figura do fazendeiro - que foi comerciante, exportador de café, industrial e banqueiro. Teve lugar, neste quadro, nas brechas deixadas, um Estado que procurou diversificar a economia. Estimulou a vocação comercial de Vitória e iniciou a construção de ferrovias. Isto ocorreu no Governo de Muniz Freire (1892 - 1896). Construiu um parque industrial no sul do Estado, durante a administração Jerônimo Monteiro (1908 - 1912), e promoveu demais incentivos à indústria, sem que alterasse a sua situação de Estado agrícola e eminentemente monocultor.

A fragilidade econômica do Espírito Santo foi novamente verificada durante a década de 60, por razão dos efeitos da política federal de erradicação dos cafezais. Intensos fluxos migratórios dirigiram-se à Grande Vitória por falta de alternativas no campo.

Vivia-se, no país, um período de extrema centralização de decisões, que visava promover a expansão econômica, facilitando a presença intensa do capital externo, em todas as partes do território nacional. E, no Espírito Santo, o período foi marcado, seguindo-se o processo de transformação que estava ocorrendo com a erradicação, pela penetração de grandes projetos, tanto no campo, como a expansão da pecuária e reflorestamento,

quanto na cidade, na área da Grande Vitória, promovidos pelos incentivos fiscais e isenções tributárias às atividades industriais.

Essas atividades constituem-se em empreendimentos voltados à exportação e patrocinados pelo capital externo e estatal. Isto fez com que o empresário local, em função das suas limitadas reservas, não participasse desse processo, senão à margem, através de empreendimentos de pequena e média escala.

Tiveram, portanto, importância fundamental, nesse contexto, os mecanismos de incentivo à indústria, criados pelo DL-880 e gerenciados pelo GERES. Foi a alternativa possível, que viabilizou iniciativas para o empresário local, pois conforme se observou anteriormente, eram limitadas as capacidades de acumulação, a partir da cafeicultura capixaba. Daí a importância salientada do Estado, novamente e agora, através dos incentivos, tal como o DL-880, na promoção dos empreendimentos de pequeno e médio porte, surgidos a partir da década de 70, no Espírito Santo.

Em 1980, através do Censo Industrial, já se pode ter alguma indicação do significado da pequena e média indústria, observando a participação, ainda hoje predominantemente, dos ramos tradicionais, no câmpulo total da indústria de transformação no Espírito Santo. Não é menor o sentido da sua relevância, considerando que são as pequenas indústrias as que mais empregam, relativamente ao valor do capital de investimento.

Observando o caso particular dos cinco principais setores da indústria no Espírito Santo em 1980, de acordo com o tamanho médio, medido pela relação pessoal ocupado/número de estabelecimentos e valor da produção/número de estabelecimentos, conforme Tabela 1 que segue, aquelas menores tanto numa relação quanto noutra - alimentos, minerais não metálicos e madeira -, foram as responsáveis pelo emprego do maior número de operários.

No referente ao emprego de matéria-prima local, optando-se por sua integração com a expansão da pequena indústria (a partir de prévio conhecimento de sua atuação), há possibilidades de se realizar este último objetivo na medida em que a produção rural se transforme em demanda

industrial, garantindo-se, assim, satisfatoriamente sua realização no mercado.

Cabe assinalar, contudo, que a partir dos anos 80, há um completo des conhecimento do comportamento dessas pequenas e médias indústrias. Sa be-se que há tendências à sua diversificação no período de expansão econômica; já no período de crise são as que mais sofrem seus efeitos, funcionam como anteparo das grandes, sendo estreito o seu vínculo com as mesmas. Ocorre, ainda, que na crise existem ramos que desaparecem, outros que crescem, aqueles que têm potencialidades para tal e os que nem tiveram condições de surgir, por falta de recursos de investimento.

É fundamentalmente necessário, sabendo-se da exiguidade de recursos na crise, que se priorizem os investimentos nos ramos e setores adequados, de maneira a se garantir retorno e eficácia nas prioridades eleitas. Neste sentido é que se pretende estudar, para se conhecer o comportamen to da indústria na crise, no sentido de possibilitar sugestões ao GERES, de algumas linhas prioritárias de ação.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Para estabelecer política de incentivos à indústria, no Espírito Santo, é fundamental entender o espaço ocupado pela chamada pequena e média indústria. Isto porque, se de um lado ela não é responsável pela dinâmica industrial, dado que o capital industrial é hoje oligopólico, e o Espírito Santo já está inserido no movimento nacional do capital industrial, por outro lado, quando se analisa, ainda que a grosso modo, a estrutura industrial do Espírito Santo o que se observa é que a pequena indústria ocupa ainda um espaço importante, tanto em termos de número de estabelecimentos quanto em termos de geração de emprego, quanto ainda em termos de determinados ramos que são quase que totalmente produzidos pela pequena indústria (vide tabela 1 e 2).

A importância da pequena indústria no Estado justifica a priori que se direcione a ela grande parte dos recursos destinados a incentivos. E também, que a priori não é muito difícil selecionar alguns ramos ou regiões, tanto por sua tradição dentro da estrutura industrial local (como é o caso por exemplo da indústria de confecções) como pela sua importância em termos de determinados espaços no Estado.

Por outro lado, entende-se que esse conhecimento ainda que correto é insuficiente para precisar critérios que melhor maximizem a utilização dos recursos. E isso por que? Na verdade, a dinâmica dessa classe de indústria não é de forma alguma desligada da dinâmica do grande capital. E essa ligação com o grande capital industrial (presente hoje no Espírito Santo), pode ser brevemente resumida a complementaridade, ocupação de regiões e/ou ramos onde esse capital não penetra, e por fim concorrência aberta. Aplicar recursos financeiros nas pequenas e médias indústrias, significa manter e até permitir um crescimento de um importante segmento da indústria capixaba.

Em épocas de crise estas indústrias são mais vulneráveis, uma vez que operam geralmente com uma estrutura de custos mais altos que as grandes em

presas, por uma série de motivos, destacando-se a questão tecnológica, menor acesso ao mercado financeiro, dentre outros. Existem, por outro lado, alguns setores que se beneficiam justamente na época de crise.

Por isso, propõe-se como forma de chegar a indicações mais precisas de aplicação de recursos o seguinte estudo:

1. A classificação da indústria do Espírito Santo por tamanho com o objetivo de localizar espaços e ramos onde a pequena sobrevive ou tende a expansão.
2. Observar seu comportamento nos últimos quatro anos face a crise geral da economia.
3. Identificar possibilidades de expansão ou de fechamento de mercado para as pequenas e médias com a entrada do grande capital.

Essa análise seria baseada nos dados censitários de 1980 e no cadastro industrial de 1984 e outras fontes a serem pesquisadas.

A partir desse conhecimento genérico, obtido nesta fase do trabalho, é possível construir, ou identificar critérios de seleção do objeto específico de estudo, ou seja, indústrias ou de determinados ramos, ou de determinadas regiões, ou que processam matéria-prima, local ou que apresentam, possibilidades de expansão, ou geração de empregos, e assim por diante.

Selecionado o objeto específico do estudo, a fase seguinte será o melhor tratamento dos dados secundários existentes, bem como a execução de uma pesquisa de campo que possibilite, então, entender mais detalhadamente aquelas indústrias selecionadas.

Assim, conclui-se o trabalho com sugestões específicas de intervenção no setor industrial, particularizando aquelas mais indicadas para um órgão como o GERES.

ROTEIRO DE TRABALHO

1. Seleção e estudo de bibliografia pertinente ao tema.
2. Definição de metodologia e roteiro de trabalho definitivo.
3. Levantamento de dados censitários de 1980 e outras fontes secundárias.
4. Análise da estrutura industrial de 1980.
5. Análise do movimento geral da indústria no período 80-84.
6. Elaboração do 1º Relatório Parcial.
7. Definição de critérios e seleção da *indústria objeto de estudo*.
8. Elaboração de questionário e realização de pesquisa de campo.
9. Análise detalhada da indústria selecionada.
10. Identificação de prioridades de intervenção.
11. Elaboração do Relatório Final.

TABELA 1

OS CINCO PRINCIPAIS SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO E SEU TAMANHO MÉDIO. (PO/NE e VP/NE)
1980

SETORES	VALOR DA PRODUÇÃO (MIL Cr\$)	PARTICIP. RELATIVA (%)	Nº DE ESTABELECIMENTOS	PARTICIP. RELATIVA (%)	PESSOAL OCUPADO	PARTICIP. RELATIVA (%)	PO/NE	VP/NE
Prod. alimentos	25.728.959	33,97	1.458	41,26	10.436	20,38	7,16	17.646,75
Papel e papelão	8.745.285	11,55	7	0,20	586	1,14	83,71	1.249.326,43
Metalurgia	7.894.936	10,42	98	2,77	4.246	8,29	43,33	80.560,57
Min. não metálicos	7.860.221	10,38	484	13,70	7.471	14,59	15,44	16.240,13
Madeira	5.936.535	7,84	462	13,07	8.069	15,76	17,47	12.849,64

Fonte: Censo Industrial - 1980 - Espírito Santo.

TABELA 2

TOTAL DA INDÚSTRIA POR CLASSE DE PESSOAL OCUPADO

ESPÍRITO SANTO

1980

CLASSE DE PESSOAL OCUPADO	Nº DE ESTABELEC.		PESSOAL OCUPADO		VALOR DA PRODUÇÃO	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
1 a 19	2.933	85,6	15.158	27,5	10.563.854	10,0
20 a 99	402	11,7	16.136	29,3	16.669.892	15,8
100 a 499	83	2,4	16.489	29,9	50.643.861	48,0
500 e mais	10	0,3	7.361	13,3	27.636.926	26,2
TOTAL	3.428	100	55.144	100	105.514.530	100
Sem declaração de pessoal ocupado	232				753.341	

Fonte: Censo Agropecuário do Espírito Santo - 1980.

CRONOGRAMA FÍSICO

ATIVIDADES CONFORME ROTEIRO DE TRABALHO	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	—											
2	—	—										
3		—	—									
4			—	—								
5				—	—							
6					—	—						
7						—	—					
8							—	—				
9								—	—			
10										—	—	
11												—

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

Em ORTN de nov./84

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
PESSOAL				
- Economista (04)	Meses	12	536,81	6.441,76
- Sociólogo (01)	Meses	12	134,20	1.610,44
- Estagiários (03)	Meses	12	24,90	298,83
OUTROS SERVIÇOS ENCARGOS				
- Passagens - SP/VIT/SP	Número	05	-	99,41
- Diárias/Hospedagem/Alimentação-Consultor	Dias	10	4,47	44,73
- Diárias/Hospedagem/Alimentação-Pesquisador	Meses	01	298,23	298,23
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS				
- Consultor	Horas	200	2,49	596,46
- Pesquisador (05)	Meses	01	83,01	83,01
MATERIAL DE CONSUMO				
- Diversos	Verba	-	-	1.420,93
TOTAL				10.893,80
TAXA ADMINISTRAÇÃO 10%				1.089,38
TOTAL				11.983,18

Valor da ORTN (em nov./84) = Cr\$ 20.118,71

